**INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO E ADOECIMENTO DOCENTE NO IFNMG: UMA REALIDADE POSSÍVEL?**

Zelinda Crislayne de Souza

Unimontes/ IFNMG/ Mestre em Educação

adm.crislaynesouza@gmail.com

Mônica Maria Teixeira Amorim

Unimontes/ Doutora em Educação/ Profa. do DMTE

monica.amorim@unimontes.br

**Eixo: Políticas Públicas e Gestão da Educação**

**Resumo**

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa, na qual buscou analisar a relação da intensificação do trabalho e o adoecimento dos professores do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). De abordagem qualitativa, a investigação trata-se de um estudo de natureza bibliográfica, documental e empírica, que teve o questionário eletrônico como técnica de coleta de dados e seus dados interpretados por meio da análise de conteúdo. A pesquisa evidenciou o trabalho intensificado dos professores do IFNMG e a relação deste trabalho intenso com o adoecimento, bem como o comprometimento da qualidade de vida destes profissionais. Destacou-se como resultados da materialização da intensificação do trabalho docente no IFNMG: a organização do trabalho dos professores EBTTs, a verticalização do ensino e a gestão por resultados. Dados da pesquisa apontaram alguns acometimentos mais frequentes nos respondentes, sendo eles: a ansiedade, o estresse e irritabilidade.

**Palavras-chaves: Intensificação do Trabalho; Adoecimento Docente; Institutos Federais.**

**Introdução**

A intensificação do trabalho é identificada como uma categoria emergente das metamorfoses estruturais ocorridas no mundo do trabalho, advindas das novas formas de organização do trabalho dentro do sistema capitalista. Este trabalho apresenta os principais resultados de uma pesquisa concluída no ano de 2021, cujo objetivo foi analisar a relação da intensificação do trabalho docente com os processos de adoecimento e comprometimento da qualidade de vida dos professores do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) no ano de 2020.

A categoria intensificação do trabalho foi analisada a partir da compreensão de Mészáros (2011) e da conceituação de Dal Rosso (2008). A categoria adoecimento no trabalho foi analisada a partir dos estudos da psicopatologia do trabalho de Dejours (1988), que partindo do binômio organização do trabalho e saúde, aponta a organização do trabalho como uma das principais responsáveis pelo sofrimento psíquico do trabalhador. Também, estudou-se sobre o adoecimento no trabalho a partir da conceituação da psicopatologia do trabalho de Dejours e Abdoucheli (2015).

Já a conceituação de qualidade de vida foi analisada sob a perspectiva de análise dos aspectos subjetivos (físicos, mentais, psicológicos e emocionais), que dizem respeito aos hábitos aprendidos e adotados durante toda a vida do sujeito, na esfera familiar, ambiental e social, tais como: atitudes voltadas aos cuidados preventivos com a saúde, lazer e o cultivo de relacionamentos sociais. Isso por compreendermos que trata-se de um termo multidisciplinar e multifacetado, sendo este apontado por Farquhar (1995) como de alto grau de complexidade e de difícil consenso conceitual, uma vez que é utilizado em diferentes áreas de interesse.

De abordagem qualitativa, a investigação utilizou-se do estudo bibliográfico, da pesquisa documental e da pesquisa empírica. A análise de conteúdo foi o procedimento utilizado para o tratamento e organização dos dados.

**Justificativa e problema da pesquisa**

A intensificação do trabalho e sua relação com o adoecimento são categorias de estudo muito recorrentes no âmbito da docência. A motivação para pesquisar a temática e compreender a intensificação do trabalho e o adoecimento docente no contexto do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) se fez necessária, porque resultados dos estudos de autores como Araújo (2018), Rocha e Léda (2015) e Carvalho (2014) demonstraram a organização verticalizada do ensino dos IFs como forma de intensificação do trabalho. Também, as suas pesquisas apontaram que tais fenômenos são questões recorrentes e pulverizadas no âmbito da Rede Federal de Educação. Nesse contexto, este estudo visa compreender o trabalho docente na atual conjuntura brasileira, de modo específico o trabalho dos professores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) do IFNMG.

Isso posto, emerge-se a indagação para a realização deste estudo: Existe relação entre a intensificação do trabalho docente e o processo de adoecimento dos professores do IFNMG? E atrelado a este questionamento maior, surgem outras questões subsidiárias: A intensificação do trabalho docente no IFNMG reconfigura as relações familiares e de amizade e compromete a qualidade de vida desses profissionais? Quais têm sido as formas de enfrentamento dos processos de adoecimento? Em meio a tanto trabalho, existe tempo para o lazer?

**Objetivos da pesquisa**

O objetivo geral do estudo foi analisar a relação da intensificação do trabalho docente e os processos de adoecimento e comprometimento da qualidade de vida dos professores do IFNMG no ano de 2020. Destaca-se, que o estudo buscou evidenciar não só as formas de sofrimento, mas também as vivências de prazer dos professores da instituição pesquisada, o que representa um fator de esperança e resistência destes.

**Referencial teórico que fundamenta a pesquisa**

A intensificação do trabalho é conceituada como sendo “os processos de qualquer natureza que resultam em um maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados” (Dal Rosso, 2008, p. 23). Mészáros (2011) descreve a intensificação do trabalho como um processo histórico ligado à organização produtiva e ao metabolismo do capital. Segundo este autor, a essência da existência e funcionamento do capital é o exercício do comando sobre o trabalho “sob quaisquer que sejam suas formas realmente existentes e possíveis” (Mészáros, 2011, p. 710). Os modelos de controle do trabalho humano no sistema capitalista estão submetidos às alterações históricas e assumem as mais diferentes formas.

No final das últimas décadas do século XX e início do século XXI, várias mudanças advindas da crise estrutural do capital transformaram profundamente o mundo do trabalho. Por volta do final dos anos 1960, o sistema capitalista deu sinais de uma grave crise de acumulação, denominada de crise estrutural do capital. Diz-se ser estrutural, pois esta afetou a “totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (Mészáros, 2011, p. 796 - 797). No entanto, conforme disserta Antunes (2009), apesar de entender que os elementos constitutivos essenciais da crise possuem causas profundas e complexas, para reestabelecer os patamares de acumulação anteriores à crise, a resposta capitalista dada para o enfrentamento da crise estrutural foi somente na sua superficialidade, ou seja, na reestruturação do padrão produtivo e na exploração do trabalho humano. Assim, o toyotismo surge como o novo mecanismo de acumulação capitalista. Segundo Antunes (2009), o modelo toyotista pressupõe a intensificação da exploração do trabalho por estar contido nele a polivalência. De acordo com este autor, a polivalência exige dos trabalhadores atividades diversificadas e ao mesmo tempo velocidade e ritmo intensos e variados.

As mudanças advindas dessa nova organização de acumulação de capital atingiram não só os países desenvolvidos, mas também os países emergentes. Vários governos tiveram que estabelecer reformas de cunho político-econômico para adaptar suas estruturas ao novo padrão produtivo. Essas reformas trouxeram implicações não apenas para a esfera privada, mas também para a esfera pública e, de modo particular, ao campo de atuação do profissional docente, sobretudo, no tocante à precarização e à intensificação do trabalho desses profissionais.

No Brasil, as reformas políticas, econômicas, sociais e culturais, decorrentes da crise estrutural do capital foram iniciadas a partir dos anos de 1990 (Bach; Lara, 2012). Essas mudanças impactaram fortemente a esfera educacional, pois a reestruturação produtiva exigiu-se um novo tipo de trabalhador: flexível, especializado, requalificado e reprofissionalizado.

Nos governos de FHC (1995 – 1998 e 1999 – 2002), primeiro e segundo mandatos respectivamente, foram aprovados diversos instrumentos legais que afetaram, substancialmente, a educação brasileira, a destacar: a Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e o Decreto nº 2.208/97. Esses normativos alteraram significativamente a forma de enxergar a educação e o trabalho docente.

Em relação ao Decreto nº 2.208/1997, destaca-se como alteração de maior impacto a separação do ensino profissional técnico do ensino médio. Essa separação representou um retorno a dualidade escolar, que divide a escola em: de formação propedêutica (voltada para o ingresso do aluno na universidade) e de formação profissional (voltada para a inserção no mercado de trabalho), contribuindo para a estamentização das situações de classe, uma vez que as políticas operacionalizadas reforçaram a organização “de uma escola para formar as elites dirigentes e uma escola para o trabalho, destinada às classes menos favorecidas” (Amorim, 2013, p. 53).

Nesse bojo, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 03) acrescentam que o Decreto nº 2.208/97 não apenas proibiu “a pretendida formação integrada”, como regulamentou “formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado”. Conforme dissertam Grabowski e Kuenzer (2016), a democratização do ensino de forma aligeirada, priorizada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, deu-se devido ao surgimento da necessidade apresentada pelo modo de acumulação flexível, que por ter como característica a flexibilidade e adaptabilidade, exigiu um trabalhador com conhecimentos mais gerais, alcançados por meio de escolarização ampliada, abrangendo no mínimo a educação básica, que era oposta a formação especializada adquirida em cursos profissionalizantes típicos do regime de organização do trabalho taylorista/fordista.

Em 2004, já no início do primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, é editado o Decreto nº 5.154/2004, revogando o Decreto nº 2.208/1997. Apesar do avanço, uma vez que o novo decreto propõe a educação integrada, seguiu-se ainda admitindo a possibilidade de oferta separada do ensino médio com o técnico (Amorim, 2013). Nesse ponto, Oliveira (2005) complementa que, apesar do grande avanço trazido pelo Decreto nº 5.154/04, este não deixou de lado os princípios do decreto anterior, tendo em vista que resolveu somente a questão do impedimento da integração do ensino médio e técnico, não eliminando o modelo de organização que os separavam.

No entanto, no campo da educação profissional, a reorganização da Rede Federal e da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), por meio da Lei nº 11.892/2008 no Governo Lula, houve um aumento considerável da oferta de cursos profissionais e tecnológicos. Esse reordenamento foi considerado o maior da história do país em termos estruturais, devido ao seu alcance e abrangência em todo o território nacional e pela enorme aplicação de recursos para a construção das novas unidades (Araujo, 2018). Também, o processo de expansão e reordenamento da educação profissional no Brasil ratificou o compromisso do governo Lula em destinar investimentos para essa modalidade de ensino no país (Amorim, 2013).

Em relação a criação dos IFs, pode-se apontar algumas particularidades dessa instituição criada. Primeiro, são instituições especialistas em educação profissional e tecnológica atuando nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Segundo, são pluricurriculares e multicampi, ou seja, sua organização curricular abrange várias áreas do conhecimento e são organizadas em uma estrutura com vários campi. Outra particularidade dos IFs encontra-se disposta no § 1º do artigo 2º da referida lei. Nesse parágrafo prescreve a equiparação dos IFs às Universidades Federais. Dessa maneira, os IFs são regulados, avaliados e supervisionados de modo similar às Universidades Federais. Por essa análise inicial, infere-se que os Institutos Federais representam uma institucionalidade bastante complexa.

Devido a essa complexidade, foi necessário também criar uma nova carreira de professor, a de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), instituída pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Isso porque, uma das finalidades e características dos IFs é a sua organização pedagógica verticalizada, na qual integra a educação básica à educação profissional e educação superior, em um único lugar, otimizando tanto a infra-estrutura física, quanto os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

A organização do trabalho do professor dos IFs era orientada em 2020 pela Portaria/MEC nº 17/2016, que estabelece as diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal, que no âmbito do IFNMG, unidade de estudo. é regulamentada pelo *Regulamento para a Gestão das Atividades Docentes* (RGAD) do IFNMG, aprovado pela da Resolução Conselho Superior (CONSUP) nº 35/2013.

De acordo com o artigo 3º da Portaria/MEC nº 17/2016, são consideradas atividades docentes aquelas relativas ao ensino, à pesquisa aplicada, à extensão e as de gestão e representação institucional (Brasil, 2016), e baseado nessas determinações, o parágrafo único, do artigo 1º do RGAD, regulamenta no âmbito institucional da seguinte forma: “São consideradas atividades docentes aquelas relativas ao *Ensino, à Pesquisa e Inovação Tecnológica, à Extensão e à gestão e representação institucional* […] (IFNMG, 2013, p. 1, grifos nossos).

Observa-se que as atribuições estabelecidas ao professor excedem os limites da sala de aula, uma vez que o professor EBTT, além das atividades relativas ao ensino, precisam também atuar nas atividades de pesquisa, extensão, incluindo, inclusive, atividades de cunho gerencial. Há que se considerar, ainda, que as atividades de ensino envolvem atividades de planejamento e avaliação que extrapolam o tempo de sala de aula. Tantas tarefas reforçam a observação de Oliveira (2003), quando afirma que os profissionais docentes, diante às múltiplas atividades atribuídas a estes, passam a desempenhar papéis que estão para além de sua formação. “Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante” (Oliveira, 2003, p. 33).

 Oliveira (2007) aponta que os trabalhadores docentes passaram a ser demandados a possuir o domínio de práticas e saberes, não antes exigidos a estes para o exercício de suas funções. Além da sala de aula, o trabalho docente passou a contemplar as reuniões pedagógicas, a participação na gestão da escola, o planejamento pedagógico, entre outras. Essa regulação do trabalho do professor resulta em uma nova configuração do fazer docente, sendo capaz de alterar, inclusive, sua natureza e definição. Complementando, Tardif e Lessard (2014) salientam que devido a essa multiplicidade de funções, essa natureza multifacetada do trabalho docente torna-o, inclusive, um trabalho de difícil análise e mensuração.

Segundo Oliveira (2007), a dimensão do trabalho docente passou a compreender as atividades, responsabilidades e relações que se realizam na escola para além da regência em sala de aula, sujeitas a mecanismos implantados pela gestão com o objetivo de reduzir custos e aumentar a eficácia. Das relações da dimensão do trabalho do professor, a autora destaca os fatores extraescolares advindos das relações familiares dos alunos que também modulam a atividade docente.

Ainda segundo Oliveira (2003), ao buscarem estabelecer estratégias de êxito escolar para os discentes, os professores chamam a responsabilização para si e esta tem gerado um mal-estar nestes trabalhadores, na medida em que não conseguem responder de forma satisfatória os tantos desafios que são postos a prática cotidiana desses profissionais. Ademais, assumir e responsabilizar-se pelas demandas impostas redobram a carga de trabalho docente, tendo em vista a pressão temporal que passam a conviver, pois serão necessários investimentos não apenas para desenvolver planos de aula, mas também para elaborar ou garantir a interface com a comunidade ou os demais órgãos do sistema educacional (Oliveira, 2009).

A intensificação do trabalho é uma temática recorrente quando estudamos o trabalho docente. A partir das análises já apresentadas, depreendemos ser a profissão EBTT complexa, intensa e desafiadora. Segundo Dal Rosso (2008, p. 20), a “ideia de que todo o ato de trabalho envolve gasto de energia e, portanto, exige esforço do trabalhador, está na raiz da noção de intensidade” e essa compreensão de intensidade deve estar “centrada sobre a pessoa do trabalhador”, considerando-se suas dimensões “físicas, intelectuais e psíquicas”. Desse modo, ao abordarmos a noção de intensidade, devemos considerar uma compreensão bem mais ampla, que vai muito além do esforço físico, pois envolve todas as capacidades do trabalhador.

Apresentadas as dimensões do trabalho docente no IFNMG, suas formas de intensificação. Os achados da pesquisa empírica realizada, na qual apresentamos a seguir, estabelece uma estreita relação da intensificação do trabalho e os processos de adoecimento dos professores efetivos do IFNMG. Os dados obtidos se apresentam como fundamentais para aprofundamento das análises.

**Procedimentos metodológicos**

Em relação aos procedimentos metodológicos, utilizamos como campo empírico os professores efetivos do IFNMG no ano de 2020. De abordagem qualitativa, a investigação trata-se de um estudo de natureza bibliográfica, documental e empírica, que teve o questionário eletrônico como técnica de coleta de dados e seus dados interpretados por meio da análise de conteúdo. A coleta de dados foi realizada no mês de novembro do ano de 2020. Dos 646 docentes efetivos no IFNMG na data da pesquisa, foram obtidas 223 respostas, representando um percentual de 34,52% do universo de análise, o que conferiu um grau de confiabilidade próxima a 95%, e uma margem de erro de 5%. O conjunto de dados foi organizado em categorias, nas quais organizamos em: perfil dos respondentes, intensificação do trabalho docente, adoecimento docente e vivências de prazer. As identidades dos respondentes foram resguardadas, tendo os seus nomes representados por nomes de cidades presentes na área de abrangência do IFNMG, ou seja, Norte e Noroeste de Minas Gerais e Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**Análise dos dados e resultados finais da pesquisa**

1. **Perfil dos respondentes**

Em relação à idade dos respondentes, a pesquisa evidenciou que trata-se de um grupo bastante jovem com servidores com idade em média entre 25 e 50 anos. Já em relação à formação acadêmica, a pesquisa apontou um número superior de professores com formação em bacharelado e/ou Tecnólogias (57%) em relação ao número de docentes com formação em licenciatura (43%). No tocante a formação continuada, foi identificado um grupo bastante capacitado, sobretudo a nível de pós-graduação (*strictu* ou *latu sensu*) e ainda de pós-doutorado. Dos respondentes, apenas 1 respondente não possui nenhuma formação de pós-graduação. Dos demais respondentes, 9,9% possuem especialização, 58,3% possuem mestrado, 28,3% são doutores e 3,1% possuem diploma de pós-doutorado.

1. **Intensificação do trabalho docente**

Dal Rosso (2008, p. 123) aponta 3 formas de intensificação do trabalho: 1) a polivalência, na qual representa a “capacidade de realizar diversos serviços ao mesmo tempo, o que significa, essencialmente, realizar mais trabalho dentro da mesma duração da jornada”; 2) o alongamento da jornada de trabalho no qual conduz os trabalhadores a trabalharem por mais tempo, acumulando-se mais tarefas e; 3) a gestão por resultados, quando a estes são impostos uma pressão interior ou exterior sobre o trabalhador. Ao analisar a intensificação do trabalho no contexto dos participantes da pesquisa, foi possível identificar a materialização das três formas apontadas pelo autor. A primeira forma de intensificação é concebida pela polivalência, alcançada por intermédio da organização verticalizada do ensino típico dos IFs. A segunda por meio do alongamento da jornada de trabalho, obtido pela organização do trabalho docente, que divide as atividades docentes entre: ensino, pesquisa, extensão, gestão e representação institucional, sendo a primeira possível de se desdobrar em várias outras subatividades, conforme discriminadas mais adiante, e por último a gestão por resultados, que avalia a instituição tanto como escola de educação básica, quanto universidade, pautada no tripé: ensino pesquisa e extensão.

Em relação às atividades docente relativas ao ensino, estas atividades foram subdivididas em: horas-aula; organização do ensino (planejamento das aulas, elaboração de atividades avaliativas, etc.); atividades de acompanhamento, avaliação e orientação de alunos; e outras atividades correlatas ao ensino. Segundo as respostas dos participantes, a atividade de ensino relativa à sala de aula, ou seja, as horas-aula, representa a de maior dispêndio de horas semanais, entre todas as outras subatividades. Dos 223 docentes participantes, 84 (37,67%) informaram dedicar até 15h nessa atividade; 53 (23,76%) disseram dedicar até 20h e 11 participantes (0,5%) informaram trabalhar acima de 20h semanais em atividades de ensino relativas a sala de aula.

Foi questionado aos participantes qual o tempo que eles dedicavam às atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica; extensão; gestão e representação institucional e a partir da análise dos dados, verificou-se uma dedicação de tempo imensamente menor nessas demais atividades, quando comparadas às atividades de ensino. Pelos dados apontados, infere-se que, as atividades de pesquisa e extensão são bastante comprometidas à medida que a carga horária relativa a horas-aula é gradualmente elevada.

Ao analisar as respostas acerca das horas dedicadas a todas as atividades docentes, sejam elas de ensino, pesquisa, extensão, gestão e representação institucional, deparou-se com jornadas que extrapolam as determinações legais. Esse cenário representa o contexto real da intensificação do trabalho docente no âmbito do IFNMG, materializado por meio da expansão da jornada de trabalho dos professores. No entanto, essa expansão não acontece no âmbito legal, uma vez que a carga horária legalmente prevista permanece inalterada. O que se modifica é a jornada efetivamente realizada, na qual seu excedente não é contabilizado.

É possível inferir, portanto, que há uma carga intensa de trabalho, boa parte dela sem o devido registro formal, mas presente na rotina do professor EBTT e invadindo sua vida social inclusive. Essas horas de labor além da sua jornada de trabalho conduzem os docentes a processos de adoecimento, afetando também a vida social desses profissionais, uma vez que reduz o tempo livre que deveria ser destinado ao descanso e aos momentos de convívio com a família e amigos. Assim, por estarem sobrecarregados e por não conseguirem desenvolver seu trabalho da maneira que foi idealizada, o professor se desmotiva, desencanta-se e adoece. A esse labor, que extrapola a jornada legal de trabalho, Alves (2017, p. 90) denominou de “fenômeno da vida reduzida”.

De acordo com os dados da pesquisa, entre os respondentes, apenas 76 professores atuam em apenas um nível de ensino (médio/técnico ou superior). Dos demais, 147 participantes, 119 atuam em dois níveis de ensino, sendo 112 nos níveis médio/técnico e graduação e 7 no médio/técnico e pós-graduação. 11 professores informaram atuar apenas no nível superior, entretanto lecionando na graduação e pós-graduação. Já 17 professores participantes informaram atuar tanto no nível médio/técnico, quanto no ensino superior, na graduação e na pós-graduação. Os dados revelam a polivalência docente.

1. **Adoecimento docente**

Acerca do processo de adoecimento docente no IFNMG, considerando que este processo inicia-se, na maioria das vezes, de modo silencioso e invisível, questionou-se aos professores do IFNMG se eles procuraram atendimento médico e/ou psicológico em virtude da sua profissão nos últimos dois anos, período compreendido entre 2018 a 2020. Entre os 223 docentes participantes da pesquisa, 105 disseram que sim e 118 disseram que não. Apesar de não encontrar muita discrepância entre as respostas, o fato de deparar com o percentual maior de respostas negativas não causa estranheza, pois, conforme disserta Paschoalino (2009, p. 65), o presenteísmo, que significa “estar sempre presente ao trabalho, porém doente”, tem sido um comportamento frequente nos espaços educacionais. Nessa conjuntura, além da preocupação com dados de absenteísmo docente relativos ao trabalho, há de se preocupar também e levantar discussão acerca do número de profissionais afetados pelo presenteísmo e como esse fenômeno também tem afetado a saúde, a qualidade de vida e os serviços desses professores.

Questionou-se os docentes se eles já haviam trabalhado doentes. Dos 223 participantes, 174 professores responderam positivamente. Também perguntou-se se já haviam trocado de horário com o(a) colega para se ausentar por problemas de saúde. Dos respondentes, 143 responderam que sim, o que faz inferir que ambas respostas justificam seus elevados índices positivos pela necessidade do professor ter que, posteriormente, realizar a reposição da aula, por esse motivo, ainda que adoecidos, permanecem presentes no trabalho. Dados da pesquisa apontaram alguns acometimentos mais frequentes nos respondentes, sendo eles: a ansiedade (1º lugar com 173 respostas), o estresse (2º lugar com 156 respostas e a irritabilidade (3º lugar com 149 respostas).

Antunes (2012) argumenta que a alienação tem o poder de transformar tudo em coisas, tanto o trabalhador, quanto o objeto fruto do trabalho. Isso porque, quando o trabalhador produz algo que não foi idealizado por ele, o objeto não reflete a humanidade de seu produtor e, assim, “o ser humano se reduz cada vez mais a algo absolutamente inferior àquilo que ele próprio produziu” (*ibid*., p. 37), ficando sua existência apenas mantida “na estrita medida do necessário para que continue vivo para trabalhar no dia seguinte” (Antunes, 2012, p. 38).

A partir da concepção do autor supramencionado e convergindo ao entendimento de Dejours (2015), que descreve que o trabalho para ser prazeroso ao trabalhador precisa dar a este, liberdade para expressar sua criatividade, evidenciamos por meio dos apontamentos dos dois maiores fatores de insatisfação apresentados, bem como a indicação do fator “perda da especificidade da tarefa de ensinar”, por 57 participantes, a alienação do trabalho vivenciada pelos professores, tendo em vista que a organização do trabalho docente do IFNMG, legalmente regulamentada, passa a ser um obstáculo para a mediação direta dos professores com os seus processos de trabalho, ou seja, seus processos de criação. Desse modo, não tendo os professores um trabalho livremente escolhido ou livremente organizado “a energia psíquica se acumula, tornando-se fonte de tensão e desprazer”, fazendo surgir “a fadiga, a astenia e a partir daí a patologia” (Dejours, 2015, p. 25).

No tocante à reconfiguração das relações sociais (familiares e amigos), questionamos aos docentes quantas horas semanais, em média, eles costumam dedicar ao lazer, 32,3% informaram dispor menos de 5h semanais ao lazer e 47,5% informaram dedicar até 10h. Percebemos que a intensidade do trabalho docente não permite que quase 80% dos professores participantes tenham um tempo livre razoável para estabelecer uma rotina social e dedicar-se a outras atividades que não as do trabalho.

1. **Vivências de prazer**

O estudo da psicodinâmica do trabalho de Dejours (2015) aborda que o conflito entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico conduz a situações que refletem sofrimento, no entanto, esse mesmo conflito é ao mesmo tempo chave para a possibilidade de vivências de prazer. Para o autor, essa luta contra o sofrimento, seja individual ou coletiva, representa estratégias defensivas para o enfrentamento efetivo das dinâmicas causais enraizadas nas situações de trabalho. Essas estratégias levam “à modificação, transformação e, em geral, a eufemização da percepção que os trabalhadores têm da realidade que os faz sofrer” (Dejours, 2015, p. 128). Desse modo, as estratégias defensivas desenvolvidas pelos trabalhadores são capazes de modificar a realidade vivenciada, alterando o sofrimento em acontecimentos positivos, contudo essas estratégias possuem apenas a capacidade de modificar o destino do sofrimento, ressignificando, mas nunca o eliminando.

Conforme testemunho de mais de duas centenas de professores participantes deste estudo, a prática docente no IFNMG consiste em um processo de trabalho intensificado e complexo. De acordo com os resultados deste estudo, muitos professores encontram-se cansados, desmotivados e adoecidos por questões relativas ao trabalho no âmbito da instituição. No entanto, se por um lado encontramos denúncias de situações de trabalho adoecedoras, tais como: sobrecarga física e psíquica de trabalho, relações interpessoais degradadas e más condições de trabalho; por outro, é possível identificar relatos de vivência de prazer e amor à profissão. Conforme argumenta Dejours (2015), o sofrimento quando transformado em criatividade, resulta em contribuições bastante benéficas ao trabalhador, pois aumenta a resistência deste ao risco de desestabilização e da fragilização da saúde.

Foram apontados pelos participantes vários fatores de satisfação na realização do trabalho, tais como: trabalhar na área de conhecimento que estuda e/ou pesquisa, formar cidadãos críticos, realizar-se profissionalmente, atuar em uma instituição federal de excelência e ser reconhecido pelos alunos e pela sociedade. Diante destes apontamentos, inferimos que os docentes reconhecem ter um trabalho gratificante e se sentem realizados profissionalmente. Logo, entendemos que, apesar das dificuldades encontradas, os relatos dos respondentes exprimem muito amor e gratidão à profissão, sendo esses sentimentos instrumentos de ajuda aos professores para lidarem com as vicissitudes do exercício de seu ofício.

**Relação do objeto de estudo com a pesquisa em Educação e eixo temático do COPED**

Esperamos que esta pesquisa em educação, possa contribuir com o IFNMG, levando os gestores e os demais profissionais que ali trabalham a refletirem sobre suas práticas e suas políticas, de modo a possibilitar a elaboração de ações promotoras de saúde e qualidade de vida dos seus servidores, e, nesse caso específico, dos servidores docentes. Também, esperamos que este debate seja referência para outros IFs, pois sabemos que as vivências ora relatadas não tratam de casos isolados e específicos, mas encontram-se pulverizados em toda a Rede Federal.

**Considerações finais**

 A análise dos dados revelou que a intensificação do trabalho docente no IFNMG se materializa por meio dos três fatores apontados por Dal Rosso (2008): 1) a polivalência; 2) o alongamento da jornada de trabalho e; 2) a gestão por resultados. No tocante a intensificação do trabalho docente no IFNMG em virtude da polivalência, esta se dá em razão da organização verticalizada do ensino, que exige uma atuação do professor EBTT em diferentes níveis e modalidades de ensino, que trabalhe com diferentes públicos e, também, com diferentes eixos tecnológicos. A segunda forma de intensificação do trabalho, acontece em decorrência da organização do trabalho dos professores EBTTs, pois ao estabelecer um leque de atribuições aos docentes, entre atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e representação institucional, faz com que estes passem a executar atividades para além da jornada regular de trabalho, ocasionando o alargamento da jornada desses profissionais. E por último, a gestão por resultados, sobretudo no tocante à equiparação dos IFs às Universidades Federais, que sendo regulamentadas e avaliadas similarmente, induz a autocobrança dos professores e a culpabilização interna pelos maus resultados dos discentes. Além disso, a realidade institucional é de um contingente de docentes ainda incipiente, de acordo com o modelo de dimensionamento da instituição.

No tocante ao adoecimento docente, a pesquisa apontou que a organização do trabalho dos professores do IFNMG, em alguns casos, é causadora de sofrimento, tendo em vista a identificação de um quadro de adoecimento docente entre os professores pesquisados. Afirma-se que a organização do trabalho docente do IFNMG é promotora de sofrimento, em alguns casos, porque a forma como cada professor percebe o seu trabalho é relativa e, conforme destaca Dejours (2015), prazer e sofrimento são vivências subjetivas, não sendo possível, portanto, descrever ou afirmar acerca das vivências de cada indivíduo, nem de um determinado grupo ou coletivo específico.

 Diante dos acometimentos descritos, a partir da compreensão da psicodinâmica, buscamos analisar as estratégias defensivas desenvolvidas pelos docentes no sentido de amenizarem as vivências de sofrimento no trabalho. Entre os apontamentos e depoimentos dos participantes, podemos identificar a utilização das seguintes estratégias: leitura de livros e/ou assistir filmes; realização de atividades físicas, meditação e relaxamento; reunir-se com os amigos e a família; viajar; ter contato com a natureza, entre outros. Nesse sentido, foi possível identificar que, mesmo em meio a tanto trabalho e vivências de sofrimento relativas ao trabalho, existem também momentos de prazer. Também, os depoimentos que emergiram nos levaram ao entendimento de que, para os participantes, apesar de todos os percalços, a profissão docente é gratificante.

**Referências**

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Globalização:** o capital e suas contradições. Londrina: Praxis, 2001.

ALVES, Giovanni. A nova precariedade salarial: elementos histórico-estruturais da nova condição salarial do século XXI. *In*.: NAVARRO, Vera Lúcia; LOURENÇO, Edvânia A. Souza (Org.). **O avesso do trabalho IV Terceirização:** precarização e adoecimento no mundo do trabalho. São Paulo: Outras Expressões, 2017, p. 89 – 104.

AMORIM, Mônica Maria Teixeira. **A Organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Conjunto da Educação Profissional Brasileira***.* 2013. 247 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. Disponível em:<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=155159>. Acesso em: 14 de abr. 2019.

ANTUNES, Caio. **A Educação em Mészáros**: alienação e emancipação. Campinas/SP: Antunes Associados, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, José Júlio César do Nascimento. **A precarização da formação e a intensificação do trabalho nos institutos federais.** Publicação Independente, 2018. E-book kindle. ISNB: 978-1719887274.

BACH, Maria Regina; LARA, Ângela Mara de Barros. **Revisitando a reforma do estado:** os anos 1990 e as políticas públicas em educação do início do século XXI. IX ANPED Sul, Caxias do Sul, p. 1-15, 2012. Disponível em:<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2380/157>. Acessado em: 24 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria 17, de 11 de maio de 2016.** Estabelece diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília-DF, 2016. Disponível em:<https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21521280/do1-2016-05-13-portaria-n-17-de-11-de-maio-de-2016-21521206> . Acesso em: 30 jul. 2019.

CARVALHO, Renato Magalhães de. **As condições do trabalho docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Machado:** em foco os professores de matemática e de informática. 2014. 195 f. Tese (Doutorado em Educação) da Universidade São Francisco. 2014. Disponível em:<https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/427/12628795665406646.pdf> . Acesso em: 20 jan. 2020

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez – Oboré, 1988.

DEJOURS, Christophe. Carga Psiquica do Trabalho. *In*.: DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do Trabalho:** contribuições da Escola Djouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*.* São Paulo: Atlas, 2015, p. 21 – 32.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth. Intinerário Teórico em Psicopatologia do Trabalho. In.: DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do Trabalho:** contribuições da Escola Djouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2015, p. 120 – 145.

FARQUHAR, Morag. **Definitions of quality of life:** a taxonomy. Journal of Advanced Nursing, Oxford, v. 22, n. 3, p. 502 – 508, 1995. Disponível em:<https://www.academia.edu/12014216/Definitions_of_quality_of_life_a_taxonomy?auto=download>. Acesso em: 06 abr. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do decreto N. 5.154/2004 um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em:<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4578>. Acesso em: 16 set. 2020.

GRABOWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**, v. 6, p. 22-32, 2016. Disponível em:<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983>. Acesso em: 16 set. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS. Conselho Superior. **Resolução CONSUP Nº 35, de 29 de novembro de 2013**. Aprova o Regulamento para a gestão das atividades docentes do IFNMG. Montes Claros: Conselho Superior, 2013. Disponível em: http:https://www.ifnmg.edu.br/conselho-superior/17-portal/institucional/4400-resolucoes-do-conselho-superior-2013 . Acesso em: 20 jul. 2020

MÉSZÁROS, Istiván. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 13 - 37.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 99, p. 355-375, 2007. Disponível em:<https://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a04v2899.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

OLIVEIRA, Elenilce Gomes. Novos caminhos na Educação Profissional Brasileira? *In*: SOUSA, Antônia; OLIVEIRA, Elenilce Gomes. **Educação Profissional:** Análise contextualizada. Fortaleza: CEFET-CE, 2005, p.75-96. Disponível em:<http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39937/3/2014_capliv_egoliveira.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **O professor desencantado:** Matrizes do trabalho docente. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2009.

ROCHA, Luciana de Fátima Sopas; LÉDA, Denise Bessa. Reflexões sobre o Magistério Superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **37ª Reunião Nacional da ANPEd.** Florianópolis, Anais, 2015. Disponível em:<https://anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt11-4109.pdf> . Acesso em: 12 set. 2020

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. 9. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.